



**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE SAÚDE DE NOVA FRIBURGO  
COORDENAÇÃO DO CURSO  
DE GRADUAÇÃO EM BIOMEDICINA**



---

**REGIMENTO INTERNO DO COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM  
BIOMEDICINA**

**TÍTULO I  
INTRODUÇÃO**

Art. 1º - O presente Regimento estabelece normas sobre o funcionamento do Colegiado do Curso de Graduação em Biomedicina.

**TÍTULO II  
DA ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA**

Art. 2º - O Colegiado de Curso de Graduação em Biomedicina, com a constituição e as atribuições estabelecidas no Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal Fluminense, é presidido pelo Coordenador de Curso.

§ 1º - O mandato do Coordenador e do Vice-Coordenador será de 4 (quatro) anos.

§ 2º - O Coordenador e o Vice-Coordenador, nomeados pelo Reitor, serão subordinados ao Diretor do Instituto de Saúde de Nova Friburgo.

§ 3º - O Coordenador e o Vice-Coordenador deverão ser professores com regime de Dedicção Exclusiva, lotados no Departamento de Ciências Básicas, escolhidos após processo de consulta eleitoral conforme legislação vigente;

§ 4º - O Vice-Coordenador substituirá o Coordenador em suas falhas e impedimentos;

§ 5º - O Vice-Coordenador sucederá o Coordenador em caso de afastamento definitivo, se este ocorrer depois da metade do mandato, e o decano do Colegiado assumirá a Vice-Coordenação neste caso;

§ 6º - Se o afastamento ou impedimento do Coordenador se der no decorrer da primeira metade de seu mandato, o Vice-Coordenador assumirá a Coordenação do Curso e terá

prazo de 60 (sessenta) dias para convocar o Colegiado a fim de realizar nova consulta eleitoral para escolha do Coordenador, na forma da legislação vigente;

§7º - Nas faltas e impedimentos do Coordenador e do Vice-Coordenador, o Decano deste Colegiado assumirá a Coordenação do Curso e, em caso de empate, pelo docente de maior tempo na Universidade;

§8º - Em caso de afastamento definitivo do Coordenador e do Vice-Coordenador, o Decano, ao assumir a Coordenação do Curso, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para realizar nova consulta eleitoral para a escolha do novo Coordenador, na forma da legislação vigente.

Art. 3º - O Colegiado do Curso de Biomedicina será composto por representações:

- a) do pessoal docente dos Departamentos que participam do Curso;
- b) de alunos regularmente matriculados e inscritos em pelo menos uma disciplina deste Curso.

Art.4º- O Colegiado do Curso de Biomedicina será integrado por membro nato que será Chefe do Departamento de Ciências Básicas.

Parágrafo único – O membro nato mencionado neste artigo terá suplente indicado pelo Chefe respectivo, que o substituirá em seus impedimentos.

Art.5º- Todos os Departamentos que ofereçam disciplinas obrigatórias terão 1 (um) representante docente no Colegiado do Curso e tal número será ampliado com a inclusão de mais um representante de Departamento, caso este ofereça mais de 450 horas de carga horária em disciplinas obrigatórias.

§1º- No caso de disciplinas interdepartamentais, todos os Departamentos envolvidos nestas disciplinas deverão estar representados no Colegiado do Curso;

§2º- O Departamento de Ensino que tiver um de seus representantes nomeado para Coordenador de Curso deverá indicar outro docente para preencher a vacância correspondente;

§3º- Para representação dos docentes a chefia departamental deverá indicar, preferencialmente, como Representantes do Departamento, os professores que estiverem atuando em disciplinas oferecidas para o Curso de Biomedicina.

§4º - Os representantes dos Departamentos, mencionados no “caput” deste artigo, terão suplentes indicados pelos Chefes departamentais respectivos, que os substituirão em seus impedimentos.

Art 6º - A representação do corpo discente corresponderá a 1/5 (um quinto) dos representantes docentes no Colegiado, utilizando o arredondamento matemático no caso de haver fração decimal;

§1º - Os representantes do corpo discente, mencionados no “caput” deste artigo, bem como seus suplentes, deverão ser indicados por comunicação escrita do Diretório Acadêmico do Curso.

### **TÍTULO III DAS COMPETÊNCIAS**

Art. 7º - Compete ao Colegiado de Curso:

- I- Manifestar-se sobre os assuntos referentes às atividades de Coordenação, comuns aos departamentos que o integram.
- II- Elaborar, com base nos elementos sugeridos pelos Departamentos, o Currículo do Curso e sua duração, fixando a carga horária, as disciplinas obrigatórias e optativas e os pré-requisitos;
- III- Elaborar, com base nos elementos sugeridos pelos Departamentos, o plano didático-pedagógico do Curso, de acordo com a Instrução Normativa específica da Pró-Reitoria de Assuntos Acadêmicos-PROAC, indicando a extensão do ensino de cada disciplina do currículo estabelecendo o horário a ser cumprido;
- IV- Organizar, semestralmente, reuniões de planejamento e de avaliação, na semana que antecede o início do pedido e na seguinte ao término do mesmo, respectivamente;
- V- Decidir sobre recursos ou representações de alunos e professores relativos ao Curso;
- VI- Opinar e decidir sobre sugestões de Departamentos ou de docentes que envolvam assuntos de interesse do Curso;
- VII- Cooperar com os demais órgãos universitários;
- VIII- Determinar, ouvidos os Departamentos, o número de vagas para cada vestibular, bem, como os turnos das novas turmas;
- IX- Fixar, para efeito de transferência, ouvidos os Departamentos, o efetivo das turmas;
- X- Opinar e deliberar sobre outras matérias que lhe forem atribuídas, bem como sobre casos omissos que se situem na esfera de sua competência.

Art.8- Compete ao Coordenador do Curso:

- I-Convocar e presidir as reuniões ordinárias, mensais, com datas estabelecidas em calendário anualmente aprovado;
- II- Convocar e presidir as reuniões extraordinárias, com indicações de motivo ou a requerimento de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus membros;
- III- Dar conhecimento aos integrantes do Colegiado, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis, da matéria incluída na ordem do dia das reuniões ordinárias ou extraordinárias;
- IV- Tornar obrigatória a Ata dos trabalhos de cada reunião;
- V- Submeter as Atas das reuniões à homologação do plenário e assiná-las;

- VI- Fazer ler a súmula do expediente pelo Secretário ou, no seu impedimento, por qualquer membro do Colegiado;
- VII- Manter a ordem das reuniões, garantindo o direito de discussão em fase própria e interrompendo o orador que se desviar da matéria em discussão, falar sobre o vencido, falar com a consideração do Colegiado ou a algum de seus integrantes, advertindo-o e retirando-lhe a palavra se não for atendido;
- VIII- Submeter as proposições à discussão;
- IX- Esclarecer o ponto sobre o qual se deva efetuar a votação;
- X- Anunciar o resultado da votação, usando o voto de desempate do Presidente nas reuniões quando necessário;
- XI- Suspender a reunião, pelo prazo máximo de 1 (uma) hora, na impossibilidade de se manter a ordem, ou em circunstâncias que assim o exigirem;
- XII- Resolver as questões de ordem suscitadas durante as reuniões;
- XIII- Criar comissões e/ou grupos de trabalhos para estudos diversos de interesse do Curso;
- XIV- Executar ou fazer executar as Resoluções, deliberações e decisões do Colegiado, bem como as dos órgãos que lhes sejam superiores, no que diz respeito à sua competência;
- XV- Dar posse aos integrantes do Colegiado e convocar os suplentes;
- XVI- Encaminhar ao Diretor do Centro Universitário respectivo a composição do Colegiado do Curso para publicação em Boletim de Serviço da UFF;
- XVII- Convocar, através de sua representação, os docentes que irão atuar ou que atuarem com disciplinas dos diferentes departamentos oferecidas ao Curso, para as reuniões de planejamento e avaliação;
- XVIII- Solicitar ao Chefe de Departamento a que esteja vinculada determinada disciplina, as providências necessárias à sua integração ao plano didático do Curso;
- XIX- Emitir parecer sobre as questões relativas às inscrições de alunos, analisando os créditos pelos mesmos solicitados, à vista do currículo do Curso;
- XX- Coordenar a Programação Acadêmica do Curso e dirigir as atividades administrativas da Coordenação do Curso;
- XXI- Delegar competência para a execução de tarefas específicas;
- XXII- Decidir “ad referendum” assuntos urgentes da competência do Colegiado do Curso.

## **TÍTULO IV**

### **DAS REUNIÕES**

Art.9º- As reuniões de Colegiado do Curso de Biomedicina serão convocadas e presididas pelo Coordenador do Curso.

Art.10º- O comparecimento dos integrantes do Colegiado de curso em suas reuniões é obrigatório e preferencial em relação a outras atividades universitárias.

§ 1º- O não comparecimento, por motivo relevante, deverá ser justificado por escrito, no máximo, em até 48 (quarenta e oito) horas, caso contrário será considerada falta;

§ 2º- Em caso de 2 (duas) faltas consecutivas ou 4 (quatro) intercaladas às reuniões ordinárias do Colegiado, tanto de representação discente quanto docente, o Coordenador do Curso deverá comunicá-las ao Chefe do respectivo Departamento de ensino e ao Diretório Acadêmico, conforme o caso, para substituição de representante, à exceção dos Membros Natos e casos de doença ou força maior devidamente comprovadas.

Art. 11º- As reuniões do colegiado do curso de Biomedicina poderão ser ordinárias ou extraordinárias.

§ 1º - As reuniões ordinárias serão convocadas pelo menos mensalmente, com datas estabelecidas em calendário anualmente aprovado;

§ 2º- A pauta da reunião deverá ser enviada por escrito aos departamentos representados no Colegiado, juntamente com a cópia da Ata da reunião anterior, com pelo menos 2 (dois) dias úteis de antecedência;

§ 3º - As reuniões extraordinárias terão pauta única, não constando assuntos gerais, e poderão ser convocadas pelo Coordenador do Curso, com indicação de motivo ou pr requerimento de 1/3(um terço) de seus membros;

§ 4º - O “quorum” mínimo para deliberar em 1ª convocação é o da maioria absoluta e havendo necessidade de 2ª convocação, a ser realizada 30 (trinta) minutos após a 1ª, o “quorum” passa a ser de 1/3 (um terço) dos membros do Colegiado;

§ 5º - A convocação de reunião extraordinária será feita a cada integrante do Colegiado, sendo informados por escrito a data, o horário, e a pauta, no período mínimo de 2 (dois) dias úteis de antecedência;

§ 6º - As reuniões terão duração de até 2 (duas) horas, podendo ser prorrogada por mais 30 (trinta) minutos, no máximo duas vezes desde que aprovado pelo plenário;

§ 7º- As reuniões ordinárias e extraordinárias terão seus trabalhos obrigatoriamente registrados em Ata.

Art.12º - Aberta a reunião, o Presidente submeterá ao Plenário a Ata da reunião anterior.

§ 1º - A ata será considerada aprovada, independentemente de votação, se não houver pedido de retificação.

§ 2º - Pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos, cada integrante do Colegiado poderá falar sobre a Ata, apenas para retificá-la.

§ 3º - No caso de pedido de retificação, se o Presidente reconhecer sua procedência, será a mesma consignada na Ata, admitindo-se o recurso para o plenário, mediante requerimento verbal da decisão do presidente;

§ 4º - Após as manifestações sobre a Ata, o Secretário, ou em seu impedimento qualquer membro do Colegiado, fará a leitura, em súmula, dos itens mais relevantes do expediente, sendo facultado aos oradores fazer o uso da palavra por 5 (cinco) minutos para comunicações.

Art. 13º – Findo o expediente, que será de no máximo 30 (trinta) minutos, passar-se-á à ordem do dia.

§ 1º - Será considerada aprovada a composição que tiver manifestação favorável da maioria dos presentes, salvo a exigência de “quorum” especial;

§ 2º - Durante o regime de votação nenhum dos integrantes do Colegiado poderá deixar o recinto da reunião;

§ 3º - Na votação poderá ser adotado o processo de votação nominal ou secreto, desde que aprovado pelo plenário ou quando houver neste sentido exigência legal estatutária ou regimental;

§ 4º - Iniciada a votação, esta não poderá ser interrompida;

§ 5º - Será concedida a abstenção de votação por motivos pessoais aos integrantes do Colegiado que a solicitarem;

§ 6º - Em caso de empate na votação, o Presidente usará o voto de desempate sem direito a abstenção;

§ 7º- Os integrantes do Colegiado poderão pedir inserção na ata, de declaração de voto que será encaminhada por escrito à Presidência até o final da reunião;

§ 8º- Se nenhum orador solicitar a palavra sobre a matéria submetida a plenário, o Presidente declarará encerrada a discussão;

Art. 14º - Esgotada a matéria da pauta ou o prazo destinado à ordem do dia passar-se-á à fase de assuntos gerais, que será de, no máximo, 30 (trinta) minutos, desde que haja no recinto um mínimo de 1/3 (um terço) dos integrantes do Colegiado;

Parágrafo único – Cada integrante do Colegiado, durante a fase de assuntos gerais, poderá fazer uso da palavra pelo máximo de 5 (cinco) minutos, podendo prorrogado desde que aprovado pelo plenário.

Art. 15º - Durante a reunião, qualquer integrante do Colegiado poderá pedir vista de processos relacionados com a matéria constante da ordem do dia, tendo 48 (quarenta e oito) horas para devolver o processo à Coordenação, juntamente com o parecer conclusivo à solicitação.

Art. 16º - Qualquer integrante do Colegiado poderá consultar na Secretaria da Coordenação, os processos relacionados com a matéria constante da ordem do dia.

Art. 17º- As proposições serão, inicialmente submetida à apreciação com a finalidade de decidir pela conveniência ou não da indicação da comissão e/ou relator para emitir parecer conclusivo.

§ 1º - Se necessário a indicação de comissão e/ou relator, estes serão designados pelo Presidente que lhes dará prazo para emissão do parecer;

§ 2º - O parecer será discutido e votado na própria reunião em que for apresentado.

Art. 18º- Todo pronunciamento do Colegiado, que versar sobre caso concreto denominar-se-á “Decisão” e conterà, obrigatoriamente, fundamentos e conclusão.

Art. 19º - As manifestações de conteúdo normativo do Colegiado, que não representem simples orientação referente à ordem dos trabalhos, terão obrigatoriamente a forma de “Resoluções” por artigos; serão sempre aprovados por no mínimo 1/3 (um terço) dos integrantes do Colegiado, e caberá ao Presidente baixá-las.

Art. 20- O suplente participará das reuniões nos seguintes casos:

I – Sempre que o integrante efetivo do Colegiado estiver impedido legalmente (férias, viagens, congressos, licença, etc.) ou por outros motivos relevantes;

II – Quando convocado pelo titular para participação conjunta, com direito à voz e sem direito a voto.

Art. 21º - Poderão assistir às reuniões do Colegiado sem direito a voto outros docentes, discentes e funcionários técnico administrativos da Instituição.

Art. 22º - De cada reunião lavrar-se-á uma Ata que será datilografada/ digitada, na qual constarão os nomes dos presentes e ausentes e uma exposição sucinta do expediente e de todos os trabalhos.

Parágrafo único – Depois de aprovada, a Ata será assinada pelo presidente e pelo Secretário e arquivada em ordem cronológica.

## **TÍTULO V**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 23º- Os casos não contemplados por este regimento serão decididos pelo Colegiado do Curso.